



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003772-13.2018.8.26.0037**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**  
Requerente: **Flaiza Siqueira Silvério**  
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**FLAIZA SIQUEIRA SILVÉRIO** ajuizou ação anulatória de débito fiscal com pedido tutela de urgência em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando que tomou conhecimento da existência de protesto referente a débito de IPVA, exercício 2013, do veículo NISSAN/LIVINIA, de placas NRH 6052-Dourados/MS, bem como de inscrição de seu nome junto ao CADIN. Ocorre que o imposto foi devidamente pago em favor do DETRAN do Estado do Mato Grosso do Sul, local em que o veículo encontrava-se registrado. Afirmou que o veículo não foi transferido para o Estado de São Paulo, não havendo assim fato gerador de cobrança do IPVA por parte da Fazenda Pública deste Estado. Em razão desses fatos, pleiteou em tutela de urgência a exclusão/suspensão do protesto e a retirada de seu nome do CADIN a ao final a procedência da ação com declaração de inexigibilidade do débito fiscal constante na CDA nº 1.181.434.325, bem como do protesto em seu nome junto ao 3º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Araraquara. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela provisória foi deferida.

Citada, a requerida apresentou contestação. Sustentou, em resumo que houve prescrição do débito que foi anotado no sistema de dívida ativa em 15/05/2018. Requereu fosse a ação julgada extinta, em vista da falta de interesse de agir.

**1003772-13.2018.8.26.0037 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é procedente.

A autora comprovou ter efetuado, de forma correta, o pagamento do IPVA junto ao estado onde o veículo encontrava-se registrado, não havendo nenhuma cobrança pendente conforme comprova o documento de fl. 17. Assim, considerando que o veículo encontra-se registrado naquele estado e que a requerente lá se encontra domiciliada, inexistente motivo para ser realizada cobrança junto ao Estado de São Paulo. Nesse sentido:

***"Mandado de Segurança. Cobrança de IPVA de 2013. Licenciamento e pagamento do IPVA no Estado do Rio de Janeiro. Comprovação de residência e atividade profissional. Artigo 207 do CTN. Possibilidade de eleição do domicílio tributário no centro habitual da atividade laboral. Sentença mantida. Recurso desprovido"*** (APL 10284660320158260053 SP – Rel Marcelo Semer).

Ante o exposto, julgo a ação **PROCEDENTE**, para declarar a inexigibilidade de débito fiscal oriundo da CDA nº 1.181.434.325, bem como do protesto daí decorrente, confirmando os efeitos da tutela antecipada concedida à fl. 36.

Arcará a requerida com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.500,00 (um mil reais).

P. I. C

Araraquara, 05 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

**1003772-13.2018.8.26.0037 - lauda 2**